

Associativismo e educação popular no pós-25 de Abril: Ilhas de Abril, ou o caso da Associação de Moradores da Lomba

Associativism and popular education in the post-25th of April:
Ilhas de Abril, or the case of the Lomba neighbourhood association

Associativisme et éducation populaire dans l'après 25 Avril:
Ilhas de Abril, ou le cas de l'association des habitants de la Lomba

Isabel Timóteo^{[a]*}, Hugo Monteiro^[b], Maria João Antunes^[c] & Francisca Weiner^[d]

^[a] Centro de Investigação e Inovação em Educação (inED), Escola Superior de Educação,
Instituto Politécnico do Porto, Porto, Portugal.

^[b] Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, Escola Superior de Educação,
Instituto Politécnico do Porto, Porto, Portugal.

^[c] Centro de Investigação em Estudos da Criança, Instituto de Educação,
Universidade do Minho, Porto, Portugal

^[d] Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Resumo

O movimento associativo popular constituiu durante a ditadura portuguesa espaço de práticas de liberdade e de livre aprendizagem face ao projeto ideológico do regime. Estas dinâmicas de resistência foram amplificadas a um nível sem precedentes na explosão de liberdades trazida pela revolução de abril de 1974. As associações de moradores formadas no pós-revolução sobreviveram ao declínio da participação e a uma diagnosticada crise de agência cidadã, e são ainda espaços de sociabilidade, permanência simbólica e formação de subjetividades políticas. O presente artigo parte do caso de uma Associação de Moradores do Porto para discutir pressupostos educativos, sociais, políticos e culturais que permanecem nestas instituições subsidiárias de Abril, quer na sua herança e na sua atividade atual, quer na sua sociabilidade e património simbólico.

Palavras-chave: associação de moradores, educação não-formal, participação democrática, revolução de Abril

Abstract

During the Portuguese dictatorship, the popular associative movement was a space of freedom practices and free learning against the regime's ideological project. These dynamics of resistance were amplified to an unprecedented degree in the explosion of freedoms brought about by the April 1974 revolution. The neighbourhood associations formed after the revolution survived the decline in participation and a diagnosed crisis of citizen agency and are still

* **Correspondência:** Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, Rua Dr. Roberto Frias, 602, 4200-465 Porto, Portugal.
E-mail: isabeltimoteo@ese.ipp.pt

spaces of sociability, symbolic permanence and the formation of political subjectivities. This article looks at the case of a residents' association in Porto to discuss the educational, social, political and cultural assumptions that remain in these April-subsidised institutions, both in their heritage and current activity and in their sociability and symbolic heritage.

Keywords: neighbourhood associations, non-formal education, democratic participation, April Revolution

Résumé

Pendant la dictature portugaise, le mouvement associatif populaire a été un espace de pratiques de liberté et d'apprentissage libre du projet idéologique du régime. Ces dynamiques de résistance ont été amplifiées à un degré sans précédent lors de l'explosion des libertés provoquée par la révolution d'avril de 1974. Les associations de quartier formées après la révolution ont survécu au déclin de la participation et à une crise diagnostiquée de l'action citoyenne et sont toujours des espaces de sociabilité, de permanence symbolique et de formation de subjectivités politiques. Cet article se penche sur le cas d'une association de résidents à Porto pour discuter des hypothèses éducatives, sociales, politiques et culturelles qui subsistent dans ces institutions subventionnées par Avril, à la fois dans leur héritage et leur activité actuelle, et dans leur sociabilité et leur héritage symbolique.

Mots-clés: associations de quartier, éducation non formelle, participation démocratique, Révolution d'Avril

Introdução

Enquanto movimento revolucionário, Abril faz-se da profusão de palavras à solta, em processos mais concretos do que meramente proclamatórios: o silenciamento, dispositivo repressivo central para o Estado Novo, é invadido pelas formas novas e múltiplas de se tomar a palavra, com novos sujeitos históricos e com uma sociedade por fazer (Trindade, 2024). O movimento associativo teve um papel fundamental nesse processo de reinvenção da palavra, sem o qual a participação democrática não se exerce verdadeiramente.

No caso português, o associativismo enquanto ação coletiva conhece especial aceleração a partir do século XIX, desempenhando um papel fundamental na formação, no fomento, na educação e na generalização da participação política de natureza transformadora (J. Pereira, 2019), com sucessivas e expectáveis tentativas de obstaculizar orgânicas associativas de qualquer natureza por parte dos poderes instalados. Contornada através de muitos e ardilosos expedientes ao longo da história, a dinâmica associativa conheceu especial apogeu no 25 de Abril de 1974, construindo e organizando processos de apropriação do espaço democrático que, em alguns casos, subsistem até hoje. O presente texto pretende abordar o 25 de Abril a partir das suas associações, tomando-as como um espaço coletivo de educação democrática e participativa.

Na primeira parte, revisitaremos as principais dimensões ético-políticas do movimento associativo relançado pelo 25 de Abril, tentando evidenciar o alargamento da sua extensão reivindicativa, numa nova conceção de cidadania democrática. As lutas pela habitação constituem cenários de eleição para definir, à luz desta cidadania democrática, o que designaremos por Associações de Abril.

Na segunda parte, tentaremos incidir no passado e presente da Associação de Moradores da Lomba (AML), na cidade do Porto, como exemplo de uma Associação de Abril subsistente no quotidiano individualista da cidade moldada pelas lógicas do mercado neoliberal. Tentaremos evidenciar, pelas vozes

diretas dos seus atores sociais, processos de sociabilidade, de legado cívico-político, de resistência social e identitária presentes em contextos associativos implicitamente educativos.

Aspetos teórico-metodológicos

Destacamos alguns pressupostos de natureza teórica e metodológica que atravessam o texto e que expressam a articulação entre associativismo, educação popular e democracia, no modo como se reconcebem a partir do processo revolucionário do 25 de Abril.

O primeiro pressuposto diz respeito à configuração revolucionária do momento histórico a que nos referimos, bem como à importância dessa configuração para a correta avaliação do seu legado e atualidade. Assumimos a inscrição do 25 de Abril numa tradição revolucionária (Trindade, 2024), de onde se subsume a legibilidade dos processos sociais e educativos gerados a partir dela. Foi a conversão do golpe militar, na madrugada de 25, em “processo revolucionário de massas” (Rosas, 2022, p. 39) que permitiu a gestação de dinâmicas populares de natureza transformadora. Estas ambicionaram, a um tempo, traduzir as exigências de um momento histórico e construir participação democrática de alta intensidade (Nunes & Serra, 2002; B. Santos & Nunes, 2004).

O segundo pressuposto prende-se com a centralidade das Associações de Moradores/as no *associativismo urbano* imediatamente posterior ao 25 de Abril (Costa, 2022b; Drago, 2024; Vilaça, 1994). Esta expressão do movimento associativo, assente numa economia política desobediente a lógicas de mercado, em comprometida vinculação para com uma ação e organização coletivas (Laville, 2018), assenta numa *aliança popular* para a reivindicação de um *direito à habitação*, que se vai prolongando na luta global pelo *direito à cidade* (Drago, 2024; Harvey, 2011; Lefebvre, 2012).

Encaixam estes dois pressupostos num terceiro, que reclama a herança da construção democrática, bem como a tradição crítica da afirmação do direito à cidade, enquanto recursos vivos de uma *educação para a cidadania*. Viva e experiencial, esta *educação para a cidadania* encontra, nas experiências sociais concretas e no seu enquadramento histórico-político, indícios fundamentais para a *coconstrução* de dinâmicas contra-hegemónicas de intervenção socioeducativas (Freire, 1967, 2022; Monteiro & Timóteo, 2024).

Ao longo do texto, com particular ênfase na segunda parte, recorreremos aos testemunhos de atores sociais concretos, obtidos através de entrevistas semiestruturadas a associados/as, dirigentes e moradores/as da Lomba. Complementa-se este recurso através de observação participante, como pelo envolvimento etnográfico no quotidiano da Associação, de modo a que sejam garantidas condições para uma interpretação dinâmica, comprometida, não hierárquica e permeável às linguagens do terreno (Stake, 2005; Yin, 2009).

Passaremos, neste sentido, pela memória da Lomba enquanto fonte de significado e memória viva, para prosseguir para o modo como a irrupção de Abril politizou um coletivo de moradores/as que aprendeu o exercício da democracia na experiência direta de Abril. A sobrevivência da AML é, aqui, perspetivada como ponto de observação das várias intensidades de uma democracia que se narra, que se intensifica e que vai gerindo o decrescer da sua intensidade participativa na sua vida, sociabilidade e interações.

1. “*Em cada rosto igualdade*”: educação popular e democracia nascente

Falar em “Associações de Abril” – querendo conter, nesta expressão, associações criadas na sequência da Revolução portuguesa – significa perspetivar características modeladas pela conflitualidade social, politização e finalidade cívico-política que o 25 de Abril proporcionou. Pretenderemos incidir, perante a história e atualidade destas associações, em formas populares de educação democrática, que nasceram com a revolução e que nela se modularam, mas que se mantêm culturalmente vivas no tempo histórico subsequente.

Em *Educação como Prática da Liberdade* (1967), Paulo Freire avalia as condições necessárias para uma transição democrática, com a educação popular a surgir como pedra de toque para o alcance emancipatório requerido. Para o educador brasileiro, as exigências de uma democracia nascente implicam um agir educativo que possa contrariar, de forma consequente e sustentada, as características mais enquistadas da situação anterior. Se o momento revolucionário corresponde a uma mudança acelerada do tempo histórico, torna-se fundamental construir processos de leitura e de intervenção que correspondam às exigências desse tempo. É preciso temperar o entusiasmo *espontaneísta* (p. 91) da explosão revolucionária com a consolidação dos processos de convivialidade democrática, para que permaneçam de modo estável e duradouro. A eclosão da nova realidade gera situações de descoberta partilhada, em que novos critérios de verdade e formas outras de organização social mobilizam questões políticas e educativas que mutuamente se implicam.

A participação é a chave para a aprendizagem, em ação, desta nova gramática do tempo. Freire (1967) sintetiza o processo:

Participando. Ganhando cada vez maior ingerência nos destinos da escola do seu filho. Nos destinos do seu sindicato. De sua empresa, através de agremiações, de clubes, de conselhos. Ganhando ingerência na vida do seu bairro, de sua Igreja. Na vida de sua comunidade rural, pela participação atuante em associações, em clubes, em sociedades beneficentes. (p. 92)

Em Abril, parte significativa desta aprendizagem em participação passa justamente por contextos associativos, que convocam desígnios constantes na história da organização coletiva popular, mas que apontam também importantes dimensões de singularidade.

A história do associativismo caracteriza-se por pressupostos transversais de igualdade, onde se potenciam hábitos quotidianos de negociação e de diálogo. Em debate frequente com regimes políticos, momentos históricos e sobressaltos cívicos, o potencial disruptivo da cultura associativa não é ignorado pelos poderes da modernidade europeia, com tentativas frequentes de repressão, de controle ou de docilização destas formas auto-organizadas de resposta popular (Laville, 2018). É justamente esse potencial disruptivo, assente em reflexão e ação coletiva e com amplo poder educativo e socializador, que torna o associativismo um tópico de recorrente interesse nas épocas históricas de abalo e de transformação progressistas.

Incidir no movimento associativo de moradores é ancorar reflexão nas formas localizadas de mútua

responsabilidade e resposta coletiva aos desafios do tempo, que a tardia construção do Estado Providência justificaria como forma enraizada de resposta popular à escassez de direitos.

1.1. Resistência e construção coletiva: criando movimentos de moradores/as

O movimento associativo provém, maioritariamente, de formas de vida operária, funcionando como resguardo e repositório de competências, de formas mútuas de ajuda e de resistência coletiva à opressão (Laville, 2018). Toleradas ou reprimidas ao longo da história do movimento operário, estas entidades coletivas de base popular organizam descontentamentos, enfrentam a dureza do quotidiano e engendram ação coletiva, em formas alternativas e contra-hegemónicas de cidadania (Balibar, 2010). Constituem, frequentemente, bolsas de resistência perante o jugo opressor da exploração.

Daí que se constate, sem surpresa, o especial apetite repressivo do Estado Novo face a atividades e iniciativas de natureza associativa, que frequentemente se camuflavam ou se ocultavam para poder subsistir. A ação coletiva associativa durante a ditadura portuguesa, nas suas múltiplas vertentes, foi contributo decisivo para agudizar o estertor do regime e apressar a Revolução, a partir da qual floresceu, em força e pujança, um associativismo outrora acochado pelo jugo da ditadura. Nasceram as Associações de Abril, herdeiras da resistência e filhas legítimas do alargamento do campo de possíveis, de onde surgiu o clamor pelo direito à cidade.

Foi esse mesmo direito à cidade que ganhou as ruas, na explosão cívica e política decorrente do golpe militar de 25 de Abril de 1974. Uma adesão entusiasta que contaminou o espaço público logo na manhã de 25 de Abril, em processo que prefigurou um momento social e político em que a iniciativa popular seria a mais consequente protagonista (Rosas, 2023). Desenhavam-se meses de ação coletiva, para o desenrolar de uma revolução feita da “maior espontaneidade e criatividade democráticas que os portugueses seguramente viveram em toda a sua história coletiva” (Loff, 2024, p. 23). Esta força deu expressão e amplitude aos movimentos pela habitação, que, na verdade, alargaram o âmbito da sua reivindicação a formas de ocupação da cidade que eles próprios definiram.

A cidade democrática é o espaço determinado pelas pessoas que o habitam, em vez de ser o lugar de espelhamento de uma desigualdade fatalmente imposta. Redefine-se por voz e ação coletiva dos seus cidadãos e cidadãs. Os coletivos pela habitação, surgidos de Abril, foram determinantes para reinventar os espaços da cidade enquanto “marcas de classe” (Costa, 2022a, p. 78) mantidos ao longo do regime autoritário mais duradouro da Europa. A democracia, gizada pelo movimento revolucionário de Abril, reposicionou o direito à cidade, na sua expressão disputada e coletiva, além de ter dado lugar a espaços e formas de organização coletiva que são já expressivos fatores de preparação de mudança, de debate e de conspiração, senão mesmo microcosmos de ensaio de alternativas sociais e políticas (Duarte, 2024).

Sujeito de uma sociedade que, enfim, se reinventa, o povo constitui a cidade enquanto seu *espaço político*, com a questão urbana como magma de uma explosão participativa constante ao longo do processo revolucionário (Drago, 2024). A explosão revolucionária abrilista foi o mote para processos de

reivindicação coletiva que instigaram formas diversas de participação, com assembleias e processos de decisão coletiva a proporcionarem conquistas populares impostas ao poder (Rosas, 2023). As primeiras comissões de moradores – no momento em que, só nas duas semanas posteriores à Revolução, foram ocupadas, em Lisboa, Porto e Setúbal, mais de duas mil casas – surgem na sequência quase imediata do 25 de Abril, como resultado de uma dinâmica participativa que contaminou festivamente as ruas e os bairros, criando e organizando alternativas sociais, educativas e culturais autogeridas (Drago, 2024; J. Santos, 2014). A configuração dessa participação, altamente politizada, é o contraponto da institucionalização docilizada que a escalada tecnocrática impressa nos contornos dominantes da política portuguesa designaria, mais tarde, por “ordenamento” (Drago, 2024). Antes, o movimento coletivo de moradores/as quis assumir por si mesmo as linhas definidoras da sua própria vida democrática, dando origem às Associações de Moradores.

As Associações de Moradores são, ao mesmo tempo, montras expressivas e bolsas potenciais de resistência: montras expressivas, por espelharem, enquanto realidades musealizadas ou subaproveitadas, o recuo da democracia participativa e das experiências democráticas de alta intensidade; bolsas de resistência, onde é ainda possível constatar uma ideia de participação como centro de uma forma desejável de coexistência no espaço urbano partilhado (Tiefenthal & Brandt, 2022). Processos reconhecidos, como o SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local), são as faces mais visíveis desta etapa do Portugal democrático, mas estão longe de o esgotar.

1.2. Com o SAAL, mas para além dele

A abordagem politizada e democraticamente discutida de um “direito à habitação”, que o texto constitucional consagraria, foi das primeiras e mais intensas reivindicações de um movimento popular em ebulição. Ocupam-se casas devolutas, como se retomam edifícios e espaços edificados, não apenas para habitação, mas para construir creches, escolas e equipamentos culturais, para alfabetização, intervenção educativa, práticas artísticas ou atividades políticas (Costa, 2022b). A luta pela habitação digna, pela erradicação das barracas e pela resistência à *releição espacial das classes populares* (Lopes et al., 2017) marcou a ação coletiva dos bairros como uma das mais ilustrativas movimentações de Abril.

O SAAL é, neste momento histórico, uma referência tão intransponível quanto suscetível de precauções e reservas. Torna-se fundamental contornar a tendência de uma certa desvirtuação social e política inerente à institucionalização da memória de um Programa que é, no espaço e no tempo, produto de uma orgânica social que o excede.

Criado em 1974, em pleno apogeu da situação revolucionária de Abril, o projeto SAAL foi um dos mais justamente reconhecíveis processos gerados pela Revolução dos Cravos. Com uma abrangência territorial vasta, o SAAL procurou responder à reivindicação popular por habitação digna através de uma dinâmica de intenso pendor participativo, com inédita e criativa interação entre moradores/as e as designadas “brigadas interdisciplinares” (Lopes et al., 2017, p. 119), coordenadas por arquitetos/as, numa lógica localmente enraizada, comunitária e interclassista. Pela sua riqueza e profundo sentido democrático, é ainda

hoje motivo de curiosidade, de estudo e de referência, figurando como um marco do 25 de Abril e das lutas populares pela habitação. Por isso mesmo, há o risco associado de as dimensões mais visíveis de um processo de grande atratividade apagar ou silenciar as dinâmicas que o geraram e os processos políticos que o fomentaram, sob o filtro de uma certa musealização.

Não estando em causa, no presente artigo, desenvolver as conquistas e limites do processo SAAL e sua memória, importará, todavia, ressaltar o modo como traduziu formas interclassistas de participação, levando a terreno um convívio virtuoso entre várias formas de saber, de conhecimento e de experiência (Nunes & Serra, 2002). Não é uma orgânica linear, nem essencialmente pacífica, mas desempenha um papel fundamental quanto ao problema que nos ocupa. Se a explosão participativa do 25 de Abril, na sua expressão local, assumiu laivos de grande informalidade, muitas vezes sem qualquer enquadramento legal, começava a desenhar-se o interesse e a necessidade de garantir uma maior (mas nem por isso menos problemática) ligação entre movimentos populares e Estado. O SAAL impôs uma organização formal aos movimentos de moradores/as com os quais interagiu, seja em Cooperativas de Habitação acessível ou Associações de Moradores (Vilaça, 1994), o que talvez tenha contribuído para sustentar a acusação de ter resultado na quebra da “radicalidade das lutas dos pobres urbanos” (Drago, 2024, p. 114). Tanto no modelo cooperativo, cuja solução, de natureza solvente, adequava-se mais facilmente a população com alguma estabilidade financeira, quanto no modelo associativo, abrangendo franjas mais desfavorecidas, os anos subsequentes à revolução deram lugar à formalização de movimentos de moradores/as, que se constituíram em grande número a partir de 1974–75 (Vilaça, 1994). De todas as maneiras, com maior ou menor informalidade, temperado ou não por uma configuração jurídica própria, a centralidade da luta pela habitação era patente, excedendo e transbordando – tanto quanto alimentando e vivificando – a dinâmica do SAAL.

Esta questão interessa-nos especialmente por remeter a um projeto social global que, enquanto modelo de cidadania, transborda qualquer programa concreto, por mais abrangente ou ambicioso que seja. As organizações de moradores/as, constituídas ou reconfiguradas pelo 25 de Abril, nas suas tipologias e diversidade, agregam formas de sociabilidade, culturas organizativas e expressões situadas de ação que traduzem localmente a missão genérica da construção de uma sociedade de direitos (Portas, 1979). Enquanto Associações de Abril – precisamente porque inscritas na direta repercussão histórica e axiológica da Revolução portuguesa –, as Associações de Moradores são indícios vivos de uma lógica de organização popular que a Revolução produziu e que vão para além dos problemas específicos da habitação. A resposta associativa permitia responder a exigências de natureza desportiva e recreativa, educativa e cultural, relacional e identitária que formula, mais genericamente, as questões do direito à habitação como um direito à cidade. Estas associações – algumas perseverando no tempo – são contextos onde se possibilita uma cultura diversa e de intensidade variável, de acordo com as suas coordenadas e enraizamento, mas que se revela tão duradoura quanto a própria democracia. O seu progresso permite contar e acompanhar, a partir de uma certa margem não hegemónica (Monteiro, 2019), a marcha e as turbulências da democracia em Portugal.

1.3. Ilhas de Abril: Os movimentos associativos de moradores/as, hoje

Em fenômeno particularmente expressivo, no caso português, na sequência austeritária do Memorando da Troika (2011–2014), o setor da habitação nas grandes cidades passou a ser o elemento especulativo central (Barbosa & Lopes, 2020). Agrava-se a influência política do setor financeiro, com as casas e os territórios cada vez mais reduzidos a ativos financeiros e a mecanismos de rápida e fácil rentabilidade (Ribeiro & A. Santos, 2019). Os mesmos espaços, outrora reavivados pelo entusiasmo democrático de Abril, são hoje joguetes de um capitalismo de rapina, onde o lucro e a vantagem privada são elementos quase exclusivos da economia política urbana (Harvey, 2011).

O turbilhão coletivo em torno do direito à habitação redundaria na apologia do consumo e da propriedade individual, característicos da designada “normalização” democrática, com os resultados na (ausência de) políticas públicas de habitação que hoje conhecemos. Sublinha-se, todavia, o modo como concepções coletivistas de sociedade e formas locais de organização, de reivindicação e de solidariedade se afirmam como oposição e alternativa ao individualismo do *homo economicus*, ante o recuo do movimento social, associativo e sindical (Boltanski & Chiapello, 2007; Laville, 2018). Para além da memória e com ela, os desafios que hoje se colocam quanto às questões do direito à cidade encontram ainda respostas associativas, que vão sobrevivendo e evoluindo como ilhas de Abril. São formas diversas de vinculação e de pertença, proporcionando educação e socialização democrática, com práticas coletivas em tempos de individualismo e culturas de solidariedade em tempos de fechamento meritocrático (Lima, 2019).

Todo o posicionamento cooperativo é, necessariamente, relacional, solidário e profusamente negociado. Como já Paulo Freire alertava (1968/2018), a ação coletiva assenta em pressupostos solidários, em que uma “co-laboração” sem hierarquias impostas giza responsabilidade partilhada, em pronúncia conjunta do mundo. Ética e política intercetam-se, quando saberes e experiências, ancoradas em problemas partilhados, convocam um compromisso conjunto e igualitário, que reclama ação e educação democrática como reavivar da multiplicidade dos seus possíveis (Giroux, 2020).

Hoje, crescentemente sujeitos ao assédio dos interesses especulativos, os bairros populares parecem vedados a essa abertura de possíveis, com a supressão dos vínculos de solidariedade e de pertença coletiva das comunidades locais. Converter contextos de reprodução de desigualdades em processos onde, apesar de tudo, culturas de organização e negociação coletiva possam perseverar é um dos focos de ação dos movimentos associativos de moradores/as, nas suas formas mais politizadas. Com dificuldades, mas com dedicada insistência (Vilaça, 1994), estas Associações mantêm vivas formas criativas de vinculação comunitária e cultura democrática. Mesmo que reduzido o seu âmbito de intervenção, são espaços onde poderes e relações sociais se mantêm como obras em aberto, condição fundamental do direito à cidade, em toda a sua amplitude (Lefebvre, 2012).

Por mais que o sentido da história política posterior tenha feito recuar a reinvenção democrática e popular do direito à cidade, não deixa de ser possível reconhecer traços de memória, de formas de vida

coletivas e de processos organizados de solidariedade nas associações de Abril que prevaleceram no tempo. Na sua ação discreta, o movimento associativo remanescente de Abril configura formas de vida e de ocupação da cidade que se constitui como espaço de resistência ao desencantamento democrático da cidade negócio, de feição neoliberal (Rodrigues, 2022).

Mantém-se, na persistência do movimento associativo de moradores no século XXI, o propósito da pergunta: Que sentidos mantêm, hoje, as Associações de Abril que sobreviveram ao refluxo da participação e às lógicas onde o condomínio fechado e a cidade negócio surgem como imagens modelares e triunfantes?

Nas linhas que se seguem, propomos enfrentar esta questão, nas suas múltiplas ressonâncias, a partir da Associação de Moradores da Lomba, fundada na cidade do Porto na sequência da Revolução de Abril. Este coletivo de moradores/as manteve atividade ao longo da história democrática da cidade e do país, inscrevendo localmente problemas de natureza cultural, educativa e sociocomunitária que importa reconsiderar.

Antes de mais, torna-se questão de relevo as condições de persistência, as variações de intensidade e o potencial recrudescimento de uma dinâmica associativa que sobrevive à margem e em contracorrente do cenário económico-social predominante. A sobrevivência destes contextos associativos proporciona, em hipótese, condições de florescimento de alternativa e de resistência, alicerçados em formas de socialização, de convívio intergeracional e de inscrição em dinâmicas locais geradoras de correção de insuficiências de um Estado Social crescentemente desinvestido.

Por outro lado, se a questão do direito à habitação esmoreceu, sem que tivesse conhecido, até hoje, expressão de relevo, as questões sociais que se lhe associaram permanecem como problemas associativos comuns, com a questão da sociedade-providência (Sposati & Rodrigues, 1995) a adquirir especial centralidade no quotidiano dos bairros, como dinâmica inerente à conversão do/a mero/a habitante no/a morador/a com direitos.

2. O caso da Associação de Moradores da Lomba: passado e presente de uma Associação de Abril

As ilhas do Porto são, na sua génese, geografias humanas e socio-históricas, onde a contradição capital-trabalho é particularmente vívida.

Constituídas por pequenas casas térreas, rudimentares e compactas, as ilhas do Porto eram as margens convenientes a uma estratégia de dominação que invisibilizava populações, enquanto as colocava ao alcance de um controlo laboral e moral frequentemente exercido. Aparentemente, a proximidade espacial favorecia uma gestão eficaz de vidas monopolizadas pelos interesses dos detentores do território, sendo certo que, ao mesmo tempo, agregava e cultivava descontentamentos (Silva et al., 2024; Teixeira, 2019). Este último fator é decisivo: as frontarias de casas de “burgueses remediados” do século XIX (Pinto, 2012, p. 14), que escondem, nas suas traseiras, dezenas de habitações precárias ocupadas por trabalhadores/as pobres, dão lugar a sociabilidades de luta quotidiana por melhores condições de vida, que resistem ao fascismo, no século XX, e que vão desaguar no 25 de Abril de 1974, na luta pela democracia política, económica, social

e cultural. Trata-se de um exercício ímpar, na história portuguesa, de ação e educação popular.

Em cruel, mas expressiva ironia, algumas destas ilhas são hoje foco de pressão imobiliária para uso turístico (Carvalho et al., 2019). Especificamente na Lomba, confirma-se como o fenómeno da gentrificação tem vindo a aumentar substancialmente (Vinhas et al., 2024). A evolução do crescimento da cidade dotou estes passos de uma centralidade geográfica que a exotização do olhar turístico completou, fazendo destes territórios focos importantes de assédio do mercado. Estes espaços de vida e de memória, mas também de solidariedade e de resistência, são hoje elementos uniformizados de uma cidade-negócio, pouco afoita a um contexto de ação político-educativa de cariz popular e comunitário, que a história do trabalho precarizou, mas que o 25 de Abril politizou. É o caso da AML: herdeira de um contexto de organização coletiva que a Revolução dos Cravos ressignificou politicamente, permitindo a fundação e manutenção de um espaço de solidariedade, de sociabilização de princípios de ação coletiva e de educação popular.

2.1. Ir às origens da Lomba: as ilhas e as memórias vivas de um Porto operário

As origens da AML estão indelevelmente ligadas à história remota da segunda metade do século XIX do Porto, designadamente no que diz respeito aos processos migratórios, organização urbana e habitacional e industrialização. É uma zona do Porto cuja delimitação geográfica nem sempre foi clara e que, no imaginário coletivo comunitário, se dividiu sempre entre as freguesias do Bonfim e de Campanhã. Os discursos de moradores/as da Lomba refletem frequentemente as origens operárias deste aglomerado de ilhas, recordando não só histórias que foram sendo passadas entre gerações, como memórias de um tempo em que o tecido das duas freguesias era ainda muito permeado pela indústria e uma infinidade de oficinas mais pequenas em diferentes áreas. Um resgate das origens orgulhoso do seu passado fala-nos, por exemplo, das fábricas já encerradas, mas identitariamente importantes: a Fábrica de Esmaltagem J. Minchin & Mário Navega, a UEP – União Eléctrica Portuguesa, ou a Jayme da Costa, onde atualmente se situa um hotel. São memórias próprias ou recuperadas de familiares, de uma parte do Porto, constituída por diferentes indústrias (têxteis, tinturarias, tabaco, destilação, entre muitas outras) que se foram implementando nas freguesias do Bonfim e de Campanhã e foram moldando a cidade e a história das suas gentes (Sampaio, 2013). A freguesia do Bonfim tornou-se, em 1852, a freguesia do Porto com maior número de operários (2027) e unidades fabris (150; Pinto, 2012).

a) Legado histórico e identidade

A ilha da Lomba pertence à herança deste Porto fabril e operário que se desenvolveu a partir do século XIX, num contexto de forte crescimento demográfico e de incapacidade da cidade em responder às necessidades de habitação (Pinto, 2012; Teixeira, 2019). Na descrição dos/as moradores/as aparecem os “torna-viagem”, portugueses emigrantes no Brasil, que, regressados à cidade, constroem as suas casas e montam negócios que prosperaram no Porto. À época, a construção era feita em lotes estreitos, mas muito

profundos, o que viria a permitir que os/as proprietários/as, vendo uma oportunidade de negócio, fizessem dos seus logradouros zona de habitação para os/as operários/as. Construções de fraca qualidade, algumas das ilhas do Porto – também conhecidas por “casas de risco ao meio” – resistem até hoje em algumas partes da cidade. São filas de casinhas pequenas e insalubres, divididas por um corredor estreito e servidas por uma única latrina no fundo do logradouro, sem água canalizada ou eletricidade.

Os processos migratórios são sempre motivados pela busca de melhores condições de vida: “vim para o Porto à procura de uma vida melhor”, relata uma moradora, “pagavam muito mal aos meus pais e a mim no campo”. Paradoxalmente, padrão que se repete noutras migrações bem atuais, as condições à chegada são por vezes tão desumanas como as anteriores, como atestam os testemunhos relacionados com a sobreocupação das casas: “antes, na minha ilha, tinha duas casas cheias de pessoas, uma delas chegou a ter dez pessoas”.

b) Invisibilização e manipulação das classes populares

Em 1869, o Código de Posturas Municipais determinava que as fiscalizações se cingissem às casas que eram visíveis das ruas (G. Pereira, 1996). Muitas eram as pessoas que viviam escondidas para lá das fachadas e da única porta de entrada que dava acesso a muitas outras casas. Proprietários/as tentavam ocultar esta realidade, denunciados no imediato pelos vários números das caixas de correio que se amontoam num único portão. As *ilhas* foram “esquecidas e ignoradas durante os últimos 150 anos, por serem uma espécie de ‘não cidade’, não só por estarem escondidas e localizadas nas traseiras das ruas, mas também pela incapacidade de garantirem uma vida qualificada aos seus habitantes” (Saraiva, 2019, p. 33). Quando a saúde pública estava em risco e o poder político em cheque, determinavam-se algumas demolições e as famílias eram realojadas em bairros sociais afastados do centro da cidade (G. Pereira, 1996). Novas roupagens para uma mesma invisibilidade, em que as classes populares eram joguetes deslocalizáveis, de acordo com a conveniência dos detentores dos poderes.

c) Bolsas de resistência

Mas as populações das ilhas foram subestimadas. A imagem miserável da ilha, como espaço de degradação e de imoralidade, dificultou o entendimento da ilha como espaço social (G. Pereira, 1996) e iludiu os mais incautos do seu potencial organizativo e revolucionário. No Estado Novo, as bolsas de resistência que se formavam nas ilhas alertaram a burguesia portuense e o poder político para o perigo social que constituíam e que se tornava urgente destruir. Há relatos de moradores/as sobre a repressão política a que muitos foram sujeitos: “A Lomba teve muitos presos políticos pela PIDE. Éramos um povo revoltado, especialmente por não termos casas dignas como as outras pessoas à nossa volta tinham.”

O espaço residencial não é só lugar físico. É um espaço de construção de sociabilidades, símbolo de condição social e de luta social e, neste contexto, a questão da habitação foi desde sempre uma questão

social. A ilha é um espaço coletivo e, sendo simultaneamente um espaço fechado sobre si mesmo, “onde o forasteiro dificilmente é bem aceite” (G. Pereira, 1996, p. 176), reúne condições de privacidade para a concertação de algumas ações. É este mesmo espaço comum que facilita não só as partilhas quotidianas como a consolidação do sentido de comunidade. É no exterior que a vida coletiva acontece, é nos pátios, no corredor, no lavadouro que as relações de vizinhança se intensificam e estes espaços comuns ganham forte significado para os/as seus/suas moradores/as, sobretudo tendo em conta a exiguidade dos espaços domésticos.

2.2. Resistência e organização popular: o processo de construção coletiva da Associação de Moradores da Lomba

Foi na efervescência da participação popular do pós-25 de Abril que, à semelhança de muitos outros movimentos sociais urbanos, moradores/as da Lomba se organizaram e vieram a fundar, em 1977, a AML. O direito à habitação e o direito ao local emergiam como a principal reivindicação de quem habitava uma zona degradada, de quem já vinha a pensar coletivamente – e clandestinamente – no problema da habitação.

a) Da sociabilidade à organização coletiva

Os/as moradores/as organizaram-se “para reclamarem, para serem uma voz mais firme perante os senhorios e o próprio executivo camarário”, como recorda a presidente da AML. Juntavam-se nos cafés da zona, “na casa Bigodes que era o tasco e no café, o café do holandês”, recordam as dirigentes. Outro morador relata ainda o Café Roma como local onde se realizaram vários encontros estratégicos que prepararam a abertura da AML. Estes encontros são descritos como momentos informais, em que um grupo de amigos se juntava, mobilizado pela urgência em responder às necessidades do seu território, como a falta de habitação digna, a ausência de infraestruturas básicas, nomeadamente as casas de banho: “Foi para ajudar os moradores a terem um local para conseguirem tomar banho, as pessoas aqui não tinham onde tomar banho ou sequer saneamento em casa, os moradores tomavam banho no meio das ilhas com mangueira”. Outro morador remata: “era a mangueira ou os dois escudos para tomar banho no balneário do Campo 24 de Agosto”. A centralidade desta questão patenteia-se no facto de, ainda aos dias de hoje, haver associados/as que recorrem às instalações da Associação para tomarem banho.

b) A centralidade das mulheres

A Associação foi construída por todos/as, como um dos moradores relembra: “Cada um de nós fez a Associação, desde os móveis, as ligações da luz, a estrutura.” Acrescenta ainda que as mulheres da Lomba chegaram a fazer noitadas uns dias antes da abertura, sentadas no chão da Associação, a costurar as cortinas

para o palco. As mulheres têm uma centralidade absoluta na Associação, como se verifica em grande parte dos movimentos de moradores/as de Abril. A revolução portuguesa contribuirá também para este papel no âmbito do direito à habitação e à habitação digna – “a concepção dominante da divisão sexual do trabalho atribuía às mulheres um lugar no domínio privado da casa, e o ‘governo’ desta era encarado como uma tarefa feminina” (Nunes & Serra, 2002, p. 269) – na torrente revolucionária dá-se uma coletivização de problemas antes encerrados na esfera privada do lar.

Ainda hoje, o espaço associativo da Lomba tem uma expressiva e reveladora presença feminina, tanto ao nível de associadas, como na própria direção. Estamos perante uma dimensão emancipatória do associativismo popular, onde a apropriação dos espaços decorre de dinâmicas próprias, mas nutre-se de conquistas concretas por parte das mulheres da Lomba.

c) Do plano reivindicativo à vida cultural

Após a fundação da Associação de Moradores, as pessoas uniram-se e decidiram iniciar um projeto habitacional destinado a resolver grande parte dos problemas locais. O projeto previa a demolição das ilhas e a construção de prédios com mais habitações, incluindo quartos e casas de banho próprias. No entanto, como explicou um morador: “Apresentámos o projeto várias vezes, até a diferentes governos, mas nenhum quis investir aqui. Por ser a residência de muitos trabalhadores das fábricas antigas, nunca deram valor a este local. Só investiam quando tinham segundas intenções, para fazerem lucro.” Desde a sua abertura, os/as moradores/as partilham que este local foi o palco da ampliação das vozes de quem nele vivia, de quem queria trabalhar para uma comunidade mais coesa, mais justa e libertadora. Sabiam que estes objetivos só se cumpririam com ação organizada e coletiva.

O mesmo morador relembra as memórias do Cine-Teatro do Ódeon, inaugurado em 1929 na esquina das Ruas de Pinto Bessa e Vera Cruz, que desempenhou um papel marcante na vida dos moradores da Lomba. Para muitos, foi o local onde assistiram a um filme pela primeira vez. Um dos moradores mais antigos ainda a residir na Lomba recorda que o seu primeiro trabalho foi no Ódeon, a vender doces na entrada. Com o passar do tempo, este morador conseguiu ficar a trabalhar no bar e no bengaleiro do cineteatro.

2.3. Quarenta e sete anos de existência, e agora?

Ao longo dos seus 47 anos de existência, a AML não escapou ao declínio da participação social, cívica e política que se viveu em Portugal. No seu estudo sobre as associações de moradores do Porto, Helena Vilaça (1994) caracteriza a AML como uma das associações com alguma atividade, mas “reveladora de falta de entusiasmo”, “desencanto e/ou cansaço” (p. 84), quando comparada com o forte associativismo do passado. O nível de participação dos/as associados/as e da população era muito reduzido. Note-se, porém, que este recuo da participação não é necessariamente constante na linha do tempo, além de ter por potencial contraponto justamente este tipo de contextos.

Talvez por isso mesmo, nos 50 anos de Abril, a AML continua viva e representa uma resistência à marginalização do movimento social (Vilaça, 1991) e ao desinvestimento nas coletividades locais. O café da Associação é ainda hoje um local de encontro, gerador de solidariedades locais, de combate ao isolamento de uma população envelhecida, sobretudo de mulheres idosas que vivem sozinhas. Estas mesmas mulheres, que há umas décadas não ousavam frequentar o café dos homens, foram-se apropriando, ainda que com hesitações, um espaço que se foi mantendo “aberto à comunidade”. Ainda assim, as alterações e a redução dos horários de abertura do café denunciam o cansaço do sócio, e também membro da Direção, que está responsável pela sua gestão.

Atualmente, encontramos uma associação com uma direção renovada. Mantém alguns dos seus membros fundadores e sócios mais antigos, mas é constituída maioritariamente por mulheres, filhas e netas de Abril. São estas mulheres dirigentes que, entre o trabalho e os filhos, vão encontrando espaço para a vida associativa. Fazem parte de uma geração que foi empurrada pela especulação imobiliária e pelos processos de gentrificação para a periferia, mas mantêm uma forte relação de pertença com a Lomba (Timóteo & Antunes, 2024). Como nos relatam, são de uma geração que “vive noutra sítio, paga lá IMI, vota lá, mas tem o coração na Lomba, e acaba a gastar a gasolina toda a vir à Lomba.” Acrescenta uma das dirigentes:

A nossa geração foi obrigada a fugir um bocadinho. Neste momento sai mais caro comprar uma casa aqui na Lomba, e não chega para o agregado. Ou temos filhos ou moramos na Lomba. Ou então voltamos à moda antiga, uma casa e cinco filhos, mas antigamente não havia CPCJ.

Uma outra dirigente completa: “antigamente era uns a dormir para os pés da cama e outros para a cabeceira.” São estas mulheres que abraçam com vivacidade os vários projetos da AML. A atividade da Associação, ao longo dos anos, tem revelado, ainda que com distintas intensidades, outras finalidades – que, tal como no 25 de Abril, excedem o problema específico da habitação – relacionadas com o desenvolvimento do associativismo a nível cultural, desportivo, recreativo e social. A Associação continua a ser um espaço de cultura popular e de expressão de novas formas de organização comunitária. A título de exemplo, é motivo de orgulho para as dirigentes a regularidade com que se organiza atualmente a Noite de Fados, o presépio de Natal, as cascatas sanjoaninas ou as rurgas de S. João. Foi com uma especial participação da Associação que a Junta de Freguesia do Bonfim foi a vencedora das Rurgas de S. João 2024, no âmbito das festas populares da cidade, com forte raiz cultural no centro do Porto.

A Associação é também sede do Clube de Futsal da Lomba, que mantém uma significativa participação nos campeonatos distritais nos seus três escalões (infantis, iniciados e juvenis). Os treinos de futsal ocorrem no ringue desportivo do bairro da Lomba, gerido também pela Associação de Moradores desde 2018, “uma batalha ganha à Junta de Freguesia”, nas palavras de um atual dirigente. A exploração deste recinto desportivo e do salão na associação é mais um motivo de orgulho da atual direção que reflete o dinamismo da Associação na ação cultural, desportiva e recreativa no território. Por outro lado, desde a recuperação do ringue que, para o preservar e proteger, se fecha o espaço em determinados horários, condicionando o acesso livre de moradores/as não só ao ringue, como também à zona verde e de lazer que o rodeia.

O edifício desta coletividade destaca-se pelas suas cores vibrantes: verde, branco e amarelo, e o seu

interior transporta para um recanto no meio da cidade. O chão, construído com a típica calçada portuguesa, transporta para uma aldeia: um Porto antigo, ainda campestre, no meio da cidade. Entrar na Associação é como entrar num museu vivo e com vida, com as pessoas que o habitam ora num frenesim de rotinas quotidianas, ora num tempo que corre devagar, enquanto se toma café ou simplesmente se está sentado a ver o dia passar. As paredes guardam fotografias antigas (das equipas de futsal, das colónias balneares que realizavam no verão, da construção da AML, dos inúmeros prémios desportivos e recreativos expostos na vitrine). Nas paredes do salão vivem mapas antigos da Lomba e, recentemente, trabalhos e pinturas de crianças no âmbito do Projeto *Entre Ruas*, do programa Escolhas, que está a ser desenvolvido na Associação.

A Lomba é muita coisa, “A Lomba é a raiz da minha vida”, “Um bairro pobre, carregado de gente rica”, “a Lomba é um sítio muito bom para se viver. Aqui, tem muita gente boa e que se ajuda uns aos outros”. A Lomba é, nas distintas subjetividades, um lugar intenso, vivo e repleto de pessoas que carregam memórias e constroem histórias. A Lomba é saudade e nostalgia, “Antigamente éramos como uma família, agora restam poucos”, mas a Lomba é compromisso e projeto de futuro, “quem vai dar continuidade à Associação?”.

Conclusões

A cidade do Porto confronta-se, hoje, com um renovado e agressivo efeito de gentrificação, com uma vaga de deslocalização de pessoas, desfiguração de espaços de pertença e degradação identitária (Barbosa & Lopes, 2020; Carvalho et al., 2019). Os interesses de uma economia predatória, colonizadora do espaço físico e simbólico habitado por franjas mais desfavorecidas da população portuense, põem fatalmente em perspetiva as questões relacionadas com o direito à cidade (Harvey, 2011; Lefebvre, 2012).

Revisitar Abril, interrogando a dinâmica revolucionária como reinvenção transformadora de uma cidadania participativa e democrática, passa pela valorização socioeducativa do seu movimento associativo. A AML, que aqui formulámos como Associação de Abril, transporta passado e presente de um movimento de moradores/as que, valorizando pertenças, sociabilidades e formas alternativas de habitar, continua a corporizar abordagens contra-hegemónicas de um direito à cidade que o associativismo reconstrói no seu próprio léxico.

Destacamos, em modo de conclusão, três aspetos fundamentais deste direito à cidade, socializado e partilhado nesta Associação de Moradores como educação popular implícita.

Antes de mais, sublinhamos o carácter duradouro da AML, que convoca atenção quanto ao seu papel enquanto educação para a solidariedade, realizada de modo não-formal, experiencial e “de baixo para cima”. Trata-se de uma realidade social em que processos comunitários de entreatajuda, assentes “em laços de parentesco e de vizinhança”, revigoram dimensões importantes da chamada “sociedade-providência” (Sposati & Rodrigues, 1995, p. 79).

Por outro lado, em estreita conexão com o ponto anterior, reforça-se como na AML, no *coração da Lomba*, mantêm-se vivas redes de suporte comunitário e de entreatajuda, sem as quais se arrisca afirmar que muitos/as moradores/as seriam empurrados/as com maior severidade para situações de isolamento social e

de solidão. A AML organiza redes de apoio e desafia espontaneamente modelos socioeducativos de cuidados, quando permite, por exemplo, que adultos/as seniores permaneçam a viver nas suas casas e na sua comunidade, em vez de serem precocemente deslocados/as para lares ou para casas de familiares.

Por último, sublinhamos a preservação de memórias e de identidades que faz destas Associações repositórios vivos de memórias do trabalho, de organização popular, de resistência às agruras impostas pelo tempo. Aqui, o modo como o 25 de Abril politiza e confere intencionalidade político-social a contextos e sociabilidades de resistência popular mais antiga é um dos focos de interesse. Trata-se de uma das mais decisivas energias de perpetuação deste tipo de dinâmicas associativas, como formas outras de viver e de resistir na cidade, em contracorrente com o individualismo e a competitividade socialmente predominantes.

Torna-se uma tarefa urgente investigar, sob um ponto de vista social e educativo, os processos de evolução, permanência ou deterioração destas Associações na sua relação com os bairros e com os/as moradores/as ao longo destes 50 anos de Democracia.

Financiamento: Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto 2023.10921.25ABR (“Construir a Democracia Participativa - Associações populares de Abril no Porto”, <https://doi.org/10.54499/2023.10921.25ABR>) e UIDP/05198/2020 (Centro de Investigação e Inovação em Educação, inED).

References

- Balibar, Étienne (2010). *La proposition de l'égaliberté*. PUF.
- Barbosa, Inês, & Lopes, João T. (2020). “O Porto não se vende”: Resistências à gentrificação através da produção artística no período pós-austeritário. *Cadernos de Arte e Antropologia*, 9(2), 67–73. <https://doi.org/10.4000/cadernosaa.3201>
- Boltanski, Luc, & Chiapello, Éve (2007). *The new spirit of capitalism*. Verso.
- Carvalho, Luís, Chamusca, Pedro, Fernandes, José, & Pinto, Jorge (2019). Gentrification in Porto: Floating city users and internationally-driven urban change. *Urban Geography*, 40(4), 565–572. <https://doi.org/10.1080/02723638.2019.1585139>
- Costa, Alexandre A. (2022a). *Argumentos 1: Em deriva*. U. Porto Press.
- Costa, Alexandre A. (2022b). Disputa político-ideológica nas comissões de moradores e de trabalhadores: O caso de Setúbal. In Fernando Rosas (Ed.), *Revolução Portuguesa 1974-1975* (pp. 121–161). Tinta da China.
- Drago, Ana (2024). *A cidade democrática: Habitação e participação política no pós-25 de Abril*. Tinta da China.
- Duarte, Diogo (2024). *O anarquismo e a arte de governar: Portugal (1890–1930)*. Fora de Jogo.
- Freire, Paulo (1967). *Educação como prática da liberdade*. Paz e Terra.
- Freire, Paulo (2018). *Pedagogia do oprimido* (3.ª ed.). Edições Afrontamento. (Original publicado em 1968)
- Freire, Paulo (2022). Sou projeto. In Adelaide Gonçalves, Débora Dias, & Fernando de la Cuadra (Eds.), *Paulo Freire centenário: Um educador no mundo* (pp. 65–80). Outro Modo.
- Giroux, Henry (2020). *On critical pedagogy* (2nd ed.). Bloomsbury.

- Harvey, David (2011). *Le capitalismo contre le droit à la ville: Néolibéralisme, urbanisation, résistances*. Éditions Amsterdam.
- Laville, Jean-Louis (2018). *A economia social e solidária: Práticas, teorias e debates*. Almedina.
- Lefebvre, Henri (2012). *O direito à cidade*. Letra Livre.
- Lima, Licínio (2019). A Pedagogia do Oprimido como fonte para a crítica ao pedagogismo opressor. *Educação, Sociedade & Culturas*, 54, 11–29. <https://doi.org/10.34626/esc.vi54.47>
- Loff, Manuel (2024). “Um país de loucos”: A(s) memória(s) reacionária(s) da Revolução Portuguesa. In Manuel Loff & Miguel Cardina (Eds.), *25 de Abril: Revolução e mudança em 50 anos de memória* (pp. 23–63). Tinta da China.
- Lopes, João T., Louçã, Francisco, & Ferro, Lígia (2017). *As classes populares: A produção e a reprodução da desigualdade em Portugal*. Bertrand.
- Monteiro, Hugo (2019). Investigação, transformação e “palavramundo”: Novos e velhos desafios ético-metodológicos. *Educação, Sociedade & Culturas*, 54, 65–84. <https://doi.org/10.34626/esc.vi54.50>
- Monteiro, Hugo, & Timóteo, Isabel (2024). Sete formas de encarar um “contra manual”: Pressupostos gerais e desassossegos específicos. In Hugo Monteiro, Isabel Timóteo, & Ana Bravo, *Contra-manual de investigação-ação participativa* (pp. 17–27). Alphabook.
- Nunes, João A., & Serra, Nuno (2002). “Casas decentes para o povo”: Movimentos urbanos e emancipação em Portugal. In Boaventura S. Santos (Ed.), *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa* (pp. 255–293). Civilização Brasileira.
- Pereira, Gaspar (1996). Casa e família, as ‘ilhas’ no Porto em finais do século XIX. *Revista População e Sociedade*, 2, 159–183. <https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes/revista-populacao-e-sociedade-no-2/casa-e-familia-as-201cilhas201d-no-porto-em-finais-do-seculo-xix>
- Pereira, Joana D. (2019). A reação conservadora e a resistência do associativismo livre nas vésperas do Salazarismo. *O Pelourinho - Boletim de Relaciones Transfronterizas*, 23, 13–61.
- Pinto, Jorge R. (2012). A expansão suburbana no Porto romântico: O caso da freguesia do Bonfim. *Revista Percursos & Ideias*, 3&4, 3–20. https://percursosideias.iscet.pt/index.php/pi_2011-12_n03-04_tr01-2/
- Portas, Nuno (1979). O programa SAAL: Um balanço provisório. *Intervenção Social*, 2, 85–111.
- Ribeiro, Raquel, & Santos, Ana C. (2019). Financeirização da habitação e desigualdades socioterritoriais: Um estudo comparado das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. *Análise Social*, 54(233), 726–758. <https://doi.org/10.31447/as00032573.2019233.03>
- Rodrigues, João (2022). *O neoliberalismo não é um slogan*. Tinta da China.
- Rosas, Fernando (2022). Do golpe militar à revolução. In F. Rosas (Ed.), *Revolução Portuguesa 1974–1975* (pp. 11–41). Tinta da China.
- Rosas, Fernando (2023). *Ensaios de Abril*. Tinta da China.
- Sampaio, Maria L. (2013). Cem anos de indústria no Freixo (Campanhã-Porto). In Bruno Monteiro & Joana Dias Pereira (Eds.), *De pé sobre a terra: Estudos sobre a indústria, o trabalho e movimento operário em Portugal* (pp. 745–772). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Santos, Boaventura S., & Nunes, João A. (2004). Introduction: Democracy, participation and grassroots movements in contemporary Portugal. *South European Society and Politics*, 9(2), 1–15.
<https://doi.org/10.1080/1360874042000253465>
- Santos, José H. (2014). *Sem mestres, nem chefes, o povo tomou a rua: Lutas dos moradores no pós-25 de Abril*. Letra Livre.
- Saraiva, Raquel (2019). *Construir além da memória: Uma ilha no Porto, Bonfim* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto.
<https://hdl.handle.net/10216/124254>
- Silva, Manuel C., Ribeiro, Fernando B., Rodrigues, Fernando M., Baptista, Luís V., Fontes, António C., Jorge, Ana R., & Cardoso, A. (2024). *Habitação e habitat: “Ilhas” e bairros populares no Porto e em Braga*. Húmus.
- Sposati, Aldaiza, & Rodrigues, Fernanda (1995). Sociedade-providência: Uma estratégia de regulação social consentida. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, 77–104.
- Stake, Robert (2005). *Investigación con estudios de casos*. Morata.
- Teixeira, Manuel C. (2019). *Habitação popular na cidade oitocentista: As ilhas do Porto*. Edições Afrontamento.
- Tiefenthal, Gerrit, & Brandt, Kevin (2022). Learning democracy by encountering “the other.” *Educação, Sociedade & Culturas*, 61, 51-69. <https://doi.org/10.24840/esc.vi61.437>
- Timóteo, Isabel, & Antunes, Maria João (2024). As Associações de Moradores e o direito à habitação nos 50 anos de Abril: Um futuro escrito na luta de todos os dias. *Diagonal*, 8, 33-44.
- Trindade, Luís (2024). Processo de representação em curso: A narrativa histórica da memória da revolução. In Manuel Loff & Miguel Cardina (Eds.), *25 de Abril: Revolução e mudança em 50 anos de memória* (pp. 215–248). Tinta da China.
- Vilaça, Helena (1991). Associativismo urbano e participação na cidade. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 1, 175–185.
<https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2626>
- Vilaça, Helena (1994). As associações de moradores enquanto aspecto particular do associativismo urbano e da participação social. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 4, 49–96.
- Vinhas, Ana L., Matos, Francisca, Weiner, Francisca, & Costa, Rui (2024). A dupla teimosia: Dois projetos de investigação-ação participativa em contextos de habitação popular. In Hugo Monteiro, Isabel Timóteo, & Ana Bravo, *Contra-manual de investigação-ação participativa* (pp. 75–91). Alphabook.
- Yin, Robert K. (2009). *Case study research: Design and methods*. SAGE.